

INVESC
SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2017

Garopaba/SC, 27 de fevereiro de 2018.

Aos

Diretores e Acionistas da

SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS SIA - INVESC

CNPJ: 00.897.864/0001-58

Florianópolis/SC

A/C Sr. Wanderlei Pereira das Neves (Diretor Presidente)

Prezado(s) Senhor(es),

Em decorrência dos trabalhos contratados relacionados à contabilidade, encaminhamos a V.Sa. relatório contendo as Demonstrações Contábeis findas em 31 de Dezembro de 2017, compreendendo.

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstrativo do Resultado (DR)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (NE's)

Anexo encaminhamos, também, o Balancete detalhado do período de 01/01/2017 a 31/12/2017 que serviu de base para a elaboração das demonstrações acima.

À disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



PATRIMONIAL CONTABILIDADE S/S

Ricardo Teixeira

Contador – CRC/SC 022.772/O-1

Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC

Florianópolis - SC

Balanco Patrimonial

Ativo

		Em Milhares de Reais	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE		1.951	642
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.951	630
Bloqueio Judicial		0	12
NÃO CIRCULANTE		142	1.451
DIREITOS REALIZÁVEIS		142	1.450
Depósito Judicial CELESC	5	95	95
(-) Retenção Judicial	5	(95)	(95)
Depósito Judicial - CVM	6	39	36
Ações Preferenciais (PNB)	7	57	57
(-) Provisão Ajuste a Valor de Mercado	7	(5)	(5)
Ações Ordinárias (ON)	7	2	2
Tributos à Recuperação	8	49	1.360
IMOBILIZADO	9	0	1
TOTAL DO ATIVO		2.093	2.093

Passivo e Passivo a Descoberto

		Em Milhares de Reais	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
CIRCULANTE		6.222.776	6.184.209
Impostos à Recolher		1	1
Fornecedores		4	4
Debêntures Emitidas	10	572.336	533.769
Juros Vencidos s/ Debêntures	10	5.650.530	5.650.530
(-) Provisão p/ Retenção Judicial		(95)	(95)
NÃO CIRCULANTE		39	36
Provisão p/ Depósito Judicial - CVM	6	39	36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/(PASSIVO A DESCOBERTO)		(6.220.722)	(6.182.152)
Capital Social	11	82.447	82.447
Prejuízos Acumulados		(6.303.169)	(6.264.599)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO/(PASSIVO A DESCOBERTO)		2.093	2.093

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente

Rosilene Eller
Diretora

Ricardo Teixeira
Contador CRC/SC 22.772/O-1

Claudia Nunes
Diretora


(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC

Florianópolis - SC

Demonstração do Resultado

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./17 a 31/dez./17	01/jan./16 a 31/dez./16
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(137)</u>	<u>(133)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(137)	(133)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	<u>(137)</u>	<u>(133)</u>
Receitas Financeiras	135	169
Despesas Financeiras	(38.568)	(37.839)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u><u>(38.570)</u></u>	<u><u>(37.803)</u></u>


Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente


Rosilene Eller
Diretora


Ricardo Teixeira
Contador CRC/SC 22.772/O-1

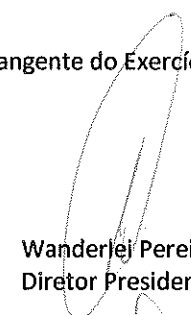

Claudia Nunes
Diretora


Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC

Florianópolis - SC

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./17 a 31/dez./17	01/jan./16 a 31/dez./16
Prejuízo do Exercício	(38.570)	(37.803)
Movimentação	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(38.570)</u>	<u>(37.803)</u>


Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente


Rosilene Elfer
Diretora


Ricardo Teixeira
Contador CRC/SC 22.772/O-1


Claudia Nunes
Diretora

Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC

Florianópolis - SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL REALIZADO		PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
	SUBSCRITO	(-) A INTEGRALIZAR		
Saldos iniciais em 01 de dezembro de 2016	200.000	(117.553)	(6.226.796)	(6.144.349)
Prejuízo do Exercício			(37.803)	(37.803)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016	200.000	(117.553)	(6.264.599)	(6.182.152)
Prejuízo do Exercício			(38.570)	(38.570)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017	200.000	(117.553)	(6.303.169)	(6.220.722)

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente

Rosilene Eiler
Diretora

Ricardo Teixeira
Contador CRC/SC 22.772/O-1

Claudia Nunes
Diretora

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC

Florianópolis - SC

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./17 a 31/dez./17	01/jan./16 a 31/dez./16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Exercício	(38.570)	(37.803)
Ajustado por:		
Depreciação	1	1
Ações em Carteira	0	5
Atualização das Debêntures Emitidas	38.567	37.838
Resultado Ajustado	<u>(2)</u>	<u>41</u>
 (Aumento)/Redução dos Ativos:		
Tributos à Recuperar	<u>1.311</u>	<u>(102)</u>
 Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	 1.309	 (61)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Bloqueio Judicial	12	(12)
Depósito Judicial - CVM	(3)	(3)
Provisão p/ Depósito Judicial - CVM	<u>3</u>	<u>3</u>
 Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	 12	 (12)
 AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	 <u>1.321</u>	 <u>(73)</u>
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	 630	 703
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.951	630

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente

Rosilene Eller
Diretora

Ricardo Teixeira
Contador CRC/SC 22.772/O-1

Claudia Nunes
Diretora

Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC

Florianópolis - SC

Demonstração do Valor Adicionado

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./17	01/jan./16
	a	a
	31/dez./17	31/dez./16
1 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(137)	(133)
1.1. Serviços de Terceiros	(137)	(128)
1.2 Perda/Recuperação de valores ativos	0	(5)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(137)</u>	<u>(133)</u>
3. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1	1
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 2)	<u>(138)</u>	<u>(134)</u>
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	135	169
5.1. Receitas financeiras	135	169
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	<u>(3)</u>	<u>35</u>
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
7.1. Remuneração de capitais de terceiros	38.567	37.838
7.1.1. Juros	38.567	37.838
7.2. Remuneração de capitais próprios	(38.570)	(37.803)
7.2.1. Prejuízo do Exercício	(38.570)	(37.803)
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	<u>(3)</u>	<u>35</u>

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor-Presidente

Rosilene Eller
Diretora

Ricardo Teixeira
Contador CRC/SC 22.772/O-1

Claudia Nunes
Diretora

Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC

CNPJ 00.897.864/0001-58

Florianópolis - SC

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em

31 de dezembro de 2017

(Em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A Companhia SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S/A – INVESC tem sua sede em Florianópolis (SC), constituída através da Lei Estadual nº 9.940, de 19/out./95, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem como objetivo a geração de recursos para alocação em investimentos públicos no território catarinense captado pela emissão de obrigações.

Em 01 de novembro de 1995, a Companhia emitiu 10.000 Debêntures que resultaram na captação de R\$ 104.220.700,00 (cento e quatro milhões, duzentos e vinte mil e setecentos reais). Os recursos captados foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos.

Atualmente, a INVESC não possui atividade operacional. As despesas realizadas ao longo dos exercícios financeiros estão relacionadas apenas com a sua manutenção ativa (obrigações acessórias), utilizando-se de servidores da Secretaria de Estado da Fazenda para cumprimento das exigências legais, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à Receita Federal do Brasil – RFB, ao TCE, dentre outras.

Dessa forma, vem apresentando prejuízos nos exercícios de forma recorrente.

É intenção do Estado e da Diretoria da INVESC solucionar a pendência judicial, descrita na nota explicativa “12”, para poder extinguir a Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2018.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um

RD

ou
d

montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos".

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui Caixa e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "4"), nessa classificação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017, no caso da Companhia, compreendem saldos de debêntures emitidas e juros sobre debêntures emitidas (nota explicativa "10").

2.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa "9".

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.5 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.5 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Atualmente, a Companhia não vem auferindo receitas operacionais.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processo judicial, como descrito na nota explicativa “12”.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Caixa e equivalentes de Caixa

Referem-se predominantemente a Aplicações de Liquidez Imediata, as quais são classificadas pela administração da Companhia na rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Nota 5. Depósito Judicial CELESC

Por ordem judicial a CELESC depositou em juízo em 31/jul./04 o valor de R\$ 3.146, referentes a Juros Sobre Capital Próprio das Ações da CELESC, pertencentes à Companhia, para garantia de parte da dívida para com os debenturistas. No 3º trimestre de 2015 ocorreu a baixa parcial (encontro de contas parcial) das rubricas “Depósito Judicial CELESC” e “(-) Retenção Judicial”, no valor de R\$ 3.051, ambas classificadas no Ativo Não Circulante, também refletido no Passivo Circulante, em decorrência dos levantamentos por meio de alvarás, restando apenas o valor de R\$ 95, ainda não levantado, ou seja, ainda penhorado e depositado judicialmente, conforme apresentado:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Depósito Judicial CELESC	95	95
(-) Retenção Judicial	(95)	(95)
	<u>0</u>	<u>0</u>

Nota 6. Depósito Judicial CVM

Em 30 de abril de 2012 foi depositado em juízo o valor de R\$ 24, referente a multa aplicada pela C.V.M - Comissão de Valores Mobiliários em função da ausência de publicação da proposta do Conselho de Administração da AGO 2009, previsto no artigo 21, inciso VIII, da Instrução CVM 480/2009, com vigência a partir de 01/jan./10. Posteriormente, ocorreu o questionado quanto a legalidade da multa aplicada, ressaltando o Princípio da Anterioridade, que prevê que a regulamentação da penalidade deve ser anterior ao fato jurídico tributário, o que não ocorreu no caso, uma vez que o fato que gerou a obrigação se deu em 31/dez./09 e a IN/CVM nº 480/2009, que fundamentou a aplicação da penalidade, começou a vigorar em 01/jan./10.

O referido valor foi reconhecido em contrapartida do passivo não circulante da Companhia, perfazendo o montante de R\$ 39, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 36, em 31 de dezembro de 2016).

Nota 7. Ações Preferenciais (PNB) e Ordinárias (ON)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ações Preferenciais (PNB)	57	57
(-) Provisão Ajuste a Valor de Mercado	(5)	(5)
Ações Ordinárias (ON)	2	2
	<u>54</u>	<u>54</u>

As ações das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC garantem a emissão de debêntures por parte da Companhia. A AGE da CELESC de 11/ago./06 aprovou o grupamento das ações na proporção de 20:1, ou seja, cada 20 (vinte) ações da CELESC tornaram-se 1 (uma) ação a partir de 02/out./06, da seguinte forma:

Descrição	Número de Ações	
	Antes do Grupamento	Depois do Grupamento
Ações PNB	12.508.762	625.438
Ações ON	91.037.953	4.551.897
Total	<u>103.546.715</u>	<u>5.177.335</u>

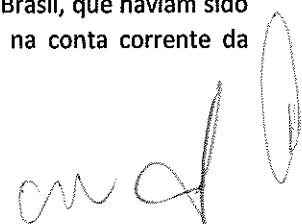
No 3º trimestre de 2015, a companhia realizou ajustes nas contas de "Ações Preferenciais (PNB)" e "Ações Ordinárias", ambas classificadas no Ativo Não Circulante, representando R\$ 9.262 e R\$ 58.994, respectivamente, em contrapartida do Passivo Circulante, nas contas de "Juros Vencidos s/ Debêntures" e "Debêntures Emitidas, uma vez que todas as ações foram custodiadas.

A totalidade das referidas ações encontram-se penhoradas em garantia às debêntures emitidas pela Companhia, as quais foram adjudicadas à Planner Corretora de Valores S/A na condição de Agente Fiduciário dos debenturistas, conforme descrito no nota explicativa "12".

Nota 8. Tributos à Recuperar

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
IRPJ à Recuperar	37	1.343
IRRF S/ Aplicação Financeira	12	17
	<u>49</u>	<u>1.360</u>

No ano-calendário de 2017, a Companhia auferiu o montante de aproximadamente R\$ 1.394 Milhões, relativo à pedidos de restituição de impostos deferidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que haviam sido solicitados no ano-calendário de 2015. Tais valores foram creditados diretamente na conta corrente da Companhia.



Nota 9. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

IMOBILIZADO	Taxa (%)	31 de			31 de		
		dezembro			dezembro		
		de 2017			de 2016		
Deprec.	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor	
Aquisição	Aquisição	Acumulada	Residual	Aquisição	Acumulada	Residual	
Computadores e Periféricos	20%	6	(6)	0	6	(5)	1
		6	(6)	0	6	(5)	1

Nota 10. Debêntures Emitidas

Em 01/nov./95, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a emissão de 10.000 debêntures em série única, não conversíveis em ações. As referidas debêntures, vencidas em 31/out./00 e não resgatadas pela Companhia, estão sendo cobradas judicialmente, conforme descrito na nota explicativa "12".

Em 31/out./96 foram pagos juros no montante de R\$ 16.685, sendo que entre 1997 e 2016 não ocorreram pagamentos, sendo efetuada apenas a provisão. Os valores contábeis estão de acordo com o total compactuado na escritura da emissão das debêntures, sendo reconhecidos os juros e variações monetárias até a data do balanço, conforme demonstrado:


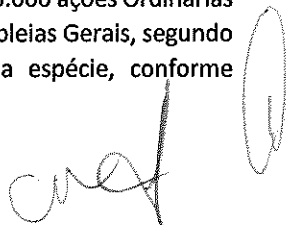
	31 de	31 de
	dezembro	dezembro
	de 2017	de 2016
Debêntures emitidas	572.336	533.769
Juros Vencidos S/ Debêntures Emitidas	5.650.530	5.650.530
	6.222.866	6.184.299

Considerando que, a partir do mês de junho de 2015, o Agente Fiduciário não enviou as planilhas de atualização das Debêntures, a Companhia elaborou os cálculos com base nas condições financeiras do título, quais sejam: atualização pela TJLP, juros remuneratórios de 14% a.a. e juros moratórios de 12% a.a., abatendo-se os valores pagos por conta dos juros remuneratórios em 1996, os dividendos e juros do capital próprio das ações penhorados, sendo alguns deles já levantados pelo Agente Fiduciário, bem como a Adjudicação das ações, cujo valor foi inferior ao que vinha sendo apresentada pelo mesmo. Assim, a fim de evitar o congelamento dos encargos financeiros, decidiu-se por lançá-los mensalmente, com base na planilha elaborada pela própria Companhia, ocorrendo desta forma a alteração de critério de atualização e de base de cálculo, uma vez que o valor a ser lançado será menor ao que vinha sendo lançado. Paralelamente, a INVESC continuará buscando esclarecimentos referentes à forma de cálculo junto ao Agente Fiduciário, pois até o momento não se obteve resposta quanto ao critério de atualização que vinha sendo aplicado, na tentativa de sanar as diferenças apuradas.

Nota 11. Patrimônio Líquido

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, subscrito no ato da constituição, é representado por 200.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor de mercado, correspondendo, cada uma, a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos por Lei e nos Estatutos para sua espécie, conforme demonstrado:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital Social Subscrito	200.000	200.000
(-) Capital Social a Integralizar	(117.553)	(117.553)
	82.447	82.447
	Quantidade de Ações	Participação (%)
Estado de Santa Catarina	199.000	99,50%
CODESC	1.000	0,50%
	200.000	100%

Nota 12. Contingências

A Planner Corretora de Valores S/A na condição de Agente Fiduciário dos debenturistas, ajuizou ação de execução por quantia certa contra a Companhia na 2ª Vara Cível no foro da comarca da Capital-SC, através do processo nº 023.00.005707-2, em decorrência da declaração de vencimento antecipado das debêntures emitidas pela Companhia, em razão do não pagamento dos juros previstos na escritura pública de emissão das debêntures.

A Companhia interpôs embargos à execução que foram julgados procedentes em primeiro grau, decisão esta reformada pelo Tribunal de Justiça e mantida pelo Superior Tribunal de Justiça que não conheceu o recurso interposto pela executada - INVESC.

Nos autos da referida execução foram penhoradas ações da CELESC que garantiam as debêntures emitidas pela Companhia, bem como os dividendos pagos à executada. Em 2007, a pedido da exequente, foi deferida a adjudicação das ações da CELESC que estavam penhoradas.

Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento nº 2007.021143-9, patrocinado pela Dra. Ana Paula de Andrade, advogada constituída pela Companhia para esse fim.

Em 2009 o Agravo de Instrumento nº 2007.021143-9 interposto pela Companhia foi conhecido e deu-lhe provimento parcial "para cassar a decisão recorrida na parte em que determinou a expedição da carta de adjudicação".

A Planner Corretora de Valores S/A opôs embargos de declaração nº 2007.021143-9/0001, contra a decisão acima, tendo sido conhecido dos embargos de declaração e rejeitados.

Em 09/set./09, foi efetuado registro que a arrematação foi tornada sem efeito pelo egrégio Tribunal de Justiça.

Em 03/mar./10, em cumprimento da ordem do e.TJSC no agravo do devedor em que foi objeto a adjudicação, foi determinado que fosse lavrado o auto de adjudicação.

Em 08/mar./10, foi expedida adjudicação.

Em 20/abr./10, foi interposto Embargos à arrematação, sem efeito suspensivo.

Em 18/ago./11, de acordo com decisão nos embargos à arrematação nº 023.10.019486-1, o mesmo foi recebido no duplo efeito, suspendendo os autos da execução.

Em 21/fev./13, foi deferida medida liminar em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (autos n. 023.13.000661-3), na qual tornaram-se indisponíveis as debêntures executadas e passou-se a discutir nesta ação sua validade e seu quantum. A ação encontrasse no prazo do recurso de apelação.

Em 31/dez./16, de acordo com a Procuradoria Geral do Estado, embora se trate de execução lastreada em título executivo que, até então, pelo decidido pelo Poder Judiciário, é líquido e certo, a probabilidade de a INVESC ter que suportar o ônus da cobrança promovida pelo agente fiduciário foi reduzida recentemente com a Ação Civil Pública n. 023.13.000661-3 (número atual: 0000661-13.2013.8.24.0023).

Em 31/dez./17, de acordo com a Procuradoria Geral do Estado, embora se trate de execução lastreada em título executivo que, até então, pelo decidido pelo Poder Judiciário, é líquido e certo, a probabilidade de a INVESC ter que suportar o ônus da cobrança promovida pelo agente fiduciário foi reduzida recentemente com a Ação Civil Pública n. 023.13.000661-3 (número atual: 0000661-13.2013.8.24.0023).

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente


Rosilene Eller

Diretora


Ricardo Teixeira
Contador CRC/SC 22.772/O-1


Cláudia Nunes
Diretora

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
17	1	ATIVO	2.092.710,68D	3.169.781,91	3.169.594,53	2.092.898,06D
23	1.1	CIRCULANTE	641.857,63D	3.069.345,60	1.759.685,13	1.951.518,10D
30	1.1.01	DISPONIVEL	630.042,32D	3.048.715,96	1.727.362,45	1.951.395,83D
106	1.1.01.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	400,35D	1.560.482,33	1.560.882,68	0,00
12952	1.1.01.02.005	BANCO DO BRASIL AG 3582- C/C 1580003-2	400,35D	1.560.482,33	1.560.882,68	0,00
550	1.1.01.03	APLICACOES LIQUIDEZ IMEDIATA	629.641,97D	1.488.233,63	166.479,77	1.951.395,83D
12950	1.1.01.03.005	BB BESC RF PREMIUM	629.641,97D	53.903,53	121.800,65	561.744,85D
12990	1.1.01.03.007	BB CP Admin Supremo	0,00	38.581,02	34.472,97	4.108,05D
12991	1.1.01.03.008	BB CP Admin Diferenciado	0,00	1.395.749,08	10.206,15	1.385.542,93D
3406	1.1.03	OUTROS CREDITOS	11.815,31D	20.629,64	32.322,68	122,27D
12986	1.1.03.01	DIREITOS REALIZÁVEIS	11.815,31D	0,00	11.815,31	0,00
12987	1.1.03.01.001	CREDITOS E VALORES	11.815,31D	0,00	11.815,31	0,00
12988	1.1.03.01.001.00001	BLOQUEIO JUDICIAL	11.815,31D	0,00	11.815,31	0,00
3843	1.1.03.02	ADIANTAMENTOS	0,00	20.629,64	20.507,37	122,27D
3910	1.1.03.02.002	FORNECEDORES MATERIAIS/SERVICOS	0,00	20.629,64	20.507,37	122,27D
3926	1.1.03.02.002.00001	ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES	0,00	20.629,64	20.507,37	122,27D
12937	1.2	NÃO CIRCULANTE	1.450.853,05D	100.436,31	1.409.909,40	141.379,96D
4162	1.2.01	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.450.129,98D	100.436,31	1.409.186,33	141.379,96D
4179	1.2.01.01	DIREITOS REALIZAVEIS	1.450.129,98D	100.436,31	1.409.186,33	141.379,96D
4222	1.2.01.01.002	CREDITOS E VALORES	36.400,32D	2.191,54	0,00	38.591,86D
4245	1.2.01.01.002.00002	DEPOSITOS JUDICIAIS	94.992,17D	0,00	0,00	94.992,17D
12916	1.2.01.01.002.00003	(-) RETENÇÃO JUDICIAL	94.992,17C	0,00	0,00	94.992,17C
12943	1.2.01.01.002.00004	DEPOSITO JUDICIAL - CVM	36.400,32D	2.191,54	0,00	38.591,86D
4268	1.2.01.01.003	ACÇÕES PREFERENCIAIS (PNB)	51.963,52D	0,00	0,00	51.963,52D
12915	1.2.01.01.003.00002	AÇÕES DA CELESC - PN	57.000,80D	0,00	0,00	57.000,80D
12968	1.2.01.01.003.00003	(-) PROV. AJUSTE A VALOR DE MERCADO - AÇÕES DA CEI	5.037,28C	0,00	0,00	5.037,28C
4305	1.2.01.01.004	ACÇÕES ORDINÁRIAS	1.720,00D	0,00	0,00	1.720,00D
4311	1.2.01.01.004.00001	AÇÕES DA CELESC	1.720,00D	0,00	0,00	1.720,00D
4423	1.2.01.01.007	TRIBUTOS A RECUPERAR	1.360.046,14D	98.244,77	1.409.186,33	49.104,58D
4200	1.2.01.01.007.00001	IRPJ A RECUPERAR	1.342.950,57D	86.473,37	1.392.090,76	37.333,18D
12951	1.2.01.01.007.00004	IRRF S/ APLICACAO FINANCEIRA	17.095,57D	11.771,40	17.095,57	11.771,40D
5026	1.2.03	IMOBILIZADO	723,07D	0,00	723,07	0,00
5032	1.2.03.01	BENS EM OPERACAO	723,07D	0,00	723,07	0,00
5109	1.2.03.01.001	BENS MOVEIS	6.534,75D	0,00	0,00	6.534,75D
5138	1.2.03.01.001.00003	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	6.534,75D	0,00	0,00	6.534,75D
5322	1.2.03.01.004	DEPRECIACAO E AMORTIZACAO ACUMULADA (-	5.811,68C	0,00	723,07	6.534,75C
5374	1.2.03.01.004.00005	DEPREC. ACUM. COMPUTADORES E PERIFERICOS	5.811,68C	0,00	723,07	6.534,75C
5760	2	PASSIVO	2.092.710,68C	37.921.000,23	76.490.538,03	40.662.248,48C
5776	2.1	CIRCULANTE	6.184.208.981,63C	117.526,80	38.684.873,06	6.222.776.327,89C
5925	2.1.02	IMPOSTOS A RECOLHER	654,77C	7.401,86	7.207,49	460,40C
5931	2.1.02.01	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	227,45	227,45	0,00
6008	2.1.02.01.007	IRRF SOCIED CIVIL A RECOLHER (1708)	0,00	227,45	227,45	0,00
6095	2.1.02.02	OBRIGACOES SOCIATS	654,77C	7.174,41	6.980,04	460,40C
6178	2.1.02.02.008	COFINS A RECOLHER	563,24C	5.564,98	5.397,78	396,04C
6184	2.1.02.02.009	PIS A RECOLHER	91,53C	904,32	877,15	64,36C
6209	2.1.02.02.011	CONTRIB. RETIDAS A RECOLHER	0,00	705,11	705,11	0,00
6221	2.1.03	CREDORES DE BENS E SERVICOS	4.323,68C	110.124,94	110.214,77	4.413,51C
6238	2.1.03.01	FORNECEDORES	4.323,68C	110.124,94	110.214,77	4.413,51C
6244	2.1.03.01.001	FORNECEDORES NACIONAIS	4.323,68C	110.124,94	110.214,77	4.413,51C
12962	2.1.03.01.001.00004	PATRIMONIAL CONTABILIDADE E SERVIÇOS DE APOIO AI	4.323,68C	52.198,57	52.288,40	4.413,51C
12978	2.1.03.01.001.00005	FUNDO DE MATERIAIS,P E IMPRESSOS OFICIAIS	0,00	21.027,03	21.027,03	0,00
12961	2.1.03.01.001.00019	MULLER & PREI AUDITORES INDEPEND. S/S	0,00	14.230,94	14.230,94	0,00
12983	2.1.03.01.001.00021	EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA	0,00	21.118,40	21.118,40	0,00
12985	2.1.03.01.001.00022	MARGUELI GREGORY BRENTANO ME	0,00	1.550,00	1.550,00	0,00
6617	2.1.05	OUTRAS OBRIGACOES	6.184.204.003,18C	0,00	38.567.450,80	6.222.771.453,98C
7232	2.1.05.02	DEBENTURES A PAGAR	6.184.204.003,18C	0,00	38.567.450,80	6.222.771.453,98C
7249	2.1.05.02.001	JUROS VENCIDOS S/ DEBENTURES	5.650.529,972,55C	0,00	0,00	5.650.529,972,55C
7255	2.1.05.02.002	DEBENTURES EMITIDAS	533.769,022,80C	0,00	38.567.450,80	572.336,473,60C
7291	2.1.05.02.003	(-) PROVISÃO P/ RETENÇÃO JUDICIAL	94.992,17D	0,00	0,00	94.992,17D
6913	2.2	NAO CIRCULANTE	36.400,32C	0,00	2.191,54	38.591,86C
12955	2.2.03	PROVISAO DEPOSITO JUDICIAL	36.400,32C	0,00	2.191,54	38.591,86C
12956	2.2.03.01	PROVISAO DEPOSITO JUDICIAL	36.400,32C	0,00	2.191,54	38.591,86C
7031	2.2.03.01.001	PROVISAO DEPOSITO JUDICIAL TAXA CVM	36.400,32C	0,00	2.191,54	38.591,86C
7427	2.4	PASSIVO A DESCOBERTO	6.182.152.671,27D	37.803.473,43	37.803.473,43	6.182.152.671,27D
7433	2.4.01	CAPITAL SOCIAL DOMICILIADO NO PAIS	82.447.015,32C	0,00	0,00	82.447.015,32C
7440	2.4.01.01	CAPITAL SUBSCRITO	200.000.000,00C	0,00	0,00	200.000.000,00C
7456	2.4.01.01.001	CAPITAL SUBSCRITO	200.000.000,00C	0,00	0,00	200.000.000,00C
7485	2.4.01.02	CAPITAL A REALIZAR (-)	117.552.984,68D	0,00	0,00	117.552.984,68D
7491	2.4.01.02.001	CAPITAL A INTEGRALIZAR	117.552.984,68D	0,00	0,00	117.552.984,68D
7841	2.4.06	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	6.264.599.686,59D	37.803.473,43	37.803.473,43	6.264.599.686,59D

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
7858	2.4.06.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	6.264.599,686,59D	37.803.473,43	37.803.473,43	6.264.599,686,59D
7871	2.4.06.01.002	PREJUÍZOS ACUMULADOS (-)	6.226.796.213,16D	37.803.473,43	0,00	6.264.599,686,59D
12920	2.4.06.01.002.00001	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 1995	795.089,68D	0,00	0,00	795.089,68D
12921	2.4.06.01.002.00002	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 1996	28.892.921,39D	0,00	0,00	28.892.921,39D
12922	2.4.06.01.002.00003	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 1997	20.571.608,20D	0,00	0,00	20.571.608,20D
12923	2.4.06.01.002.00004	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 1998	64.681.891,53D	0,00	0,00	64.681.891,53D
12924	2.4.06.01.002.00005	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 1999	38.019.327,04D	0,00	0,00	38.019.327,04D
12925	2.4.06.01.002.00006	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2000	73.006.621,62D	0,00	0,00	73.006.621,62D
12926	2.4.06.01.002.00007	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2001	79.794.925,73D	0,00	0,00	79.794.925,73D
12927	2.4.06.01.002.00008	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2002	104.774.157,03D	0,00	0,00	104.774.157,03D
12928	2.4.06.01.002.00009	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2003	133.645.748,67D	0,00	0,00	133.645.748,67D
12929	2.4.06.01.002.00010	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2004	160.840.878,93D	0,00	0,00	160.840.878,93D
12930	2.4.06.01.002.00011	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2005	203.070.425,35D	0,00	0,00	203.070.425,35D
12931	2.4.06.01.002.00012	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2006	233.154.291,44D	0,00	0,00	233.154.291,44D
12932	2.4.06.01.002.00013	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2007	260.423.367,73D	0,00	0,00	260.423.367,73D
12933	2.4.06.01.002.00014	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2008	293.262.874,98D	0,00	0,00	293.262.874,98D
12934	2.4.06.01.002.00015	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2009	391.668.245,05D	0,00	0,00	391.668.245,05D
12935	2.4.06.01.002.00016	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2010	467.561.494,06D	0,00	0,00	467.561.494,06D
12958	2.4.06.01.002.00017	APURACAO DO RESULTADO DE 2011	566.447.677,48D	0,00	0,00	566.447.677,48D
12959	2.4.06.01.002.00018	APURACAO DO RESULTADO DE 2012	678.924.954,38D	0,00	0,00	678.924.954,38D
12966	2.4.06.01.002.00019	APURACAO DO RESULTADO DE 2013	914.607.399,37D	0,00	0,00	914.607.399,37D
12976	2.4.06.01.002.00020	APURACAO DO RESULTADO DE 2014	942.824.758,36D	0,00	0,00	942.824.758,36D
12984	2.4.06.01.002.00021	APURACAO DO RESULTADO DE 2015	569.827.555,14D	0,00	0,00	569.827.555,14D
12989	2.4.06.01.002.00022	APURAÇÃO DO RESULTADO DE 2016	0,00	37.803.473,43	0,00	37.803.473,43D
7887	2.4.06.01.003	LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	37.803.473,43D	0,00	37.803.473,43	0,00
12941	2.4.06.01.003.00001	LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	37.803.473,43D	0,00	37.803.473,43	0,00
8042	3	RESULTADO ECONOMICO DO EXERCICIO	0,00	38.704.345,52	134.995,10	38.569.350,42D
10659	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	38.704.345,52	134.995,10	38.569.350,42D
10665	3.2.01	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	136.758,81	0,00	136.758,81D
10866	3.2.01.02	ADMINISTRATIVAS	0,00	136.758,81	0,00	136.758,81D
11133	3.2.01.02.005	SERVICOS PROF E CONTRATADOS PJ	0,00	107.028,93	0,00	107.028,93D
11140	3.2.01.02.005.00001	SERVICOS CONTABEIS	0,00	52.288,40	0,00	52.288,40D
11156	3.2.01.02.005.00002	SERVICOS DE AUDITORIA	0,00	15.163,50	0,00	15.163,50D
11245	3.2.01.02.005.00011	SERVICOS GRAFICOS	0,00	39.577,03	0,00	39.577,03D
11401	3.2.01.02.008	DESP. C/TRIBUTOS/CONTRIBUICOES	0,00	6.274,93	0,00	6.274,93D
11430	3.2.01.02.008.00003	PIS RECEITA FINANCEIRA	0,00	877,15	0,00	877,15D
11446	3.2.01.02.008.00004	COFINS RECEITA FINANCEIRA	0,00	5.397,78	0,00	5.397,78D
11937	3.2.01.02.014	DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	0,00	723,07	0,00	723,07D
11943	3.2.01.02.014.00001	DEPRECIACOES	0,00	723,07	0,00	723,07D
12121	3.2.01.02.017	OUTRAS DESPESAS	0,00	22.731,88	0,00	22.731,88D
12204	3.2.01.02.017.00008	CURSOS E TREINAMENTOS	0,00	672,00	0,00	672,00D
12262	3.2.01.02.017.00014	PUBLICACOES LEGAIS	0,00	4.118,40	0,00	4.118,40D
12936	3.2.01.02.017.00017	ARQUIVAMENTO DE ATAS/LIVROS	0,00	944,00	0,00	944,00D
11512	3.2.01.02.017.00018	TAXAS DA CVM	0,00	16.997,48	0,00	16.997,48D
12316	3.2.02	RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	0,00	38.567.586,71	134.995,10	38.432.591,61D
12322	3.2.02.01	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	134.944,57	134.944,57C
12339	3.2.02.01.001	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	134.944,57	134.944,57C
12345	3.2.02.01.001.00001	RECEITA DE APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	63.729,16	63.729,16C
12368	3.2.02.01.001.00003	JUROS AUFERIDOS	0,00	0,00	71.074,48	71.074,48C
12381	3.2.02.01.001.00005	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	140,93	140,93C
12457	3.2.02.02	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	38.567.586,71	50,53	38.567.536,18D
12463	3.2.02.02.001	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	135,91	50,53	85,38D
12470	3.2.02.02.001.00001	TARIFAS BANCARIAS	0,00	112,68	47,55	65,13D
12972	3.2.02.02.001.00006	IOF	0,00	20,25	0,00	20,25D
12982	3.2.02.02.001.00007	JUROS E MULTAS FINANCEIRAS	0,00	2,98	2,98	0,00
12523	3.2.02.02.002	VARIACOES MONET. PASSIVAS	0,00	38.567.450,80	0,00	38.567.450,80D
12530	3.2.02.02.002.00001	VARIACOES MONETARIAS S/ DEBENTURES	0,00	38.567.450,80	0,00	38.567.450,80D

RESUMO DO BALANCETE

RESULTADO ECONOMICO DO EXERCICIO	0,00	38.704.345,52	134.995,10	38.569.350,42D
ATIVO	2.092.710,68D	3.169.781,91	3.169.594,53	2.092.898,06D
PASSIVO	2.092.710,68C	37.921.000,23	76.490.538,03	40.662.248,48C
PASSIVO A DESCOBERTO	6.182.152.671,27D	37.803.473,43	37.803.473,43	6.182.152.671,27D
CONTAS DEVEDORAS	2.092.710,68D	41.874.127,43	3.304.589,63	40.662.248,48D
CONTAS CREDORAS	6.180.059.960,59D	75.724.473,66	114.294.011,46	6.141.490.422,79D
RESULTADO DO MES	0,00	38.569.350,42	0,00	38.569.350,42D
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	38.569.350,42	0,00	38.569.350,42D

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
 DIRETOR
 CPF: 495.190.349-00

RICARDO TEIXEIRA
 Reg. no CRC - SC sob o No. SC-022772/O-1
 CPF: 902.221.999-20